

Os ricos são recompensados enquanto os pobres sofrem

É preciso visão e vontade para combater a pobreza

Solly Benatar,¹ Cape Times, 8 Jan 2013, p. 9

A pobreza é um problema social complexo e multifacetado, que vai além das questões econômicas. A pobreza econômica é a faceta mencionada com mais frequência, já que ela está por trás de tantas coisas que afetam o bem-estar das pessoas. A pobreza absoluta, definida a nível internacional pela renda inferior a U\$ 1,25 [R\$ 2,50] por dia pelo poder de compra de 2005, abrange mais ou menos 50% da população mundial.

Em 2008, 54% dos sul-africanos tinham renda inferior a U\$ 3 por dia e 60% inferior a U\$ 5. A pobreza extrema, porém, seja na África do Sul ou globalmente, é apenas a ponta do *iceberg*, e mesmo essa ponta não recebe atenção suficiente.

A extensão maior da pobreza na África do Sul é vista no fato de que os 10% de cima da pirâmide embolsam 58% da renda nacional, enquanto os 70% de baixo conseguem apenas 16,9%.

Nos quase 20 anos desde que a África do Sul se tornou uma democracia constitucional, houve crescimento econômico significativo, expansão da classe média e um grande aumento dos benefícios sociais para os muito pobres. O que se vê, porém, é que a pobreza absoluta dos mais vulneráveis foi reduzida apenas muito pouco, e que a pobreza relativa aumentou. A ampliação das disparidades na riqueza é refletida no coeficiente Gini (que mede as desigualdades), que aumentou de 0,6 em 1995 para 0,7 em 2009.

Se não conseguirmos fazer melhor do que isso, nosso futuro certamente será ameaçado pela inquietação social profunda que foi evitada temporariamente pela transição política. O Plano Nacional de Desenvolvimento da África do Sul (NDP) estabelece que “é possível livrar-se da pobreza e reduzir a desigualdade em 20 anos”. O alvo admirável, amplo e de longo prazo esboçado nesse plano detalhado e ambicioso é promover e sustentar estruturas sociais que permitam a todos ter uma oportunidade decente de sobreviver à infância e se tornar adultos produtivos e independentes.

Contudo, o sucesso em alcançar esse objetivo é improvável em vista dos muitos fracassos em atingir alvos bem menos notáveis (a despeito de muitos bons planos) durante as últimas duas décadas. Várias perguntas pertinentes também se levantam.

Primeiro: O que significa erradicar a pobreza? Significa simplesmente dobrar a renda dos 54% mais pobres da população para U\$ 6 por dia, ou elevar sua renda para um nível muito maior (talvez U\$ 50 por dia), como exigiram os mineiros de Marikana [em greve] para aliviar sua pobreza?

A segunda pergunta é como, além da pobreza absoluta, também a pobreza relativa pode ser reduzida. A validade desse alvo é evidente dos muitos estudos empíricos que mostram de modo convincente que sociedades com níveis maiores de desigualdade têm muitas desvantagens sociais. Algumas dessas são expectativa de vida e percentuais de alfabetização mais baixos, taxas de mortalidade infantil mais altas, gravidez de adolescentes, obesidade, doenças mentais, mais gente na cadeia.

Tem ficado claro que as respostas convencionais à pobreza, apelando à filantropia ou à ajuda humanitária, são inadequadas, mesmo para o grupo de menor renda. No contexto de um crescimento econômico limitado, reverter a tendência de ampliação da disparidade de modo a reduzir a diferença e permitir que mais pessoas, incluindo os que têm emprego, como os mineiros de Marikana, tenham uma vida melhor, exigirá que se aumente a renda dos grupos de receita mais baixa e se reduza as expectativas de crescimento de renda dos 30% com a receita mais alta.

¹ Benatar é professor de medicina aposentado da Universidade de Cape Town e da Escola Dalla Lana de Saúde Pública e do Centro de Bioética da Universidade de Toronto. Ele editou, junto com Gillian Brock, o livro *Global Health and Global Health Ethics*, Cambridge University Press, 2011.

Construir uma economia mais equilibrada e sustentável é um desafio grande e requer que se consiga uma solidariedade social maior entre os sul-africanos, expectativas menores do que é devido a cada um de nós, assim como impostos progressivos e a melhoria dos serviços sociais. Ao considerar esse objetivo, devemos lembrar que novas regras financeiras e impostos progressivos foram estabelecidos nos países que tiveram um crescimento industrial rápido depois da Segunda Guerra Mundial (1945-1975). A regulamentação da economia e das instituições financeiras teve um papel crucial na promoção do crescimento econômico estável necessário para reconstruir economias tremendamente danificadas e possibilitar o acesso universal a educação, saúde, serviços sociais e outros benefícios para uma classe média produtiva e em expansão.

Essas tendências foram sendo lentamente revertidas a partir do fim da década de 1970, quando o sistema político e econômico global (no âmbito do qual a África do Sul e a maioria dos países funcionam agora) foi alterado radicalmente por acordos entre os atores econômicos mais poderosos do mundo. O crescimento econômico global foi estimulado, mas dependendo do consenso entre instituições financeiras poderosas (o Consenso de Washington) e um conjunto de regras que foram implantadas (o Novo Constitucionalismo) defendendo as privatizações, favorecendo a exportação de produtos, desregulando as instituições financeiras e o comércio, e diminuindo os impostos.

Esses fatores combinados garantiram o crescimento econômico das classes médias superiores e dos muito ricos, ao mesmo tempo em que restringiam intencionalmente a renda dos pobres, ampliando inexoravelmente as disparidades em termos de riqueza e saúde a nível global. Em resultado, o coeficiente Gini aumentou de 0,25 para 0,4 no Reino Unido e de 0,36 para 0,44 nos Estados Unidos.

Essa estratégia, baseada no que hoje é reconhecido como uma teoria econômica com falhas muito sérias, tem sido complicada por fraudes e corrupção generalizadas em todo o sistema econômico, incluindo os escalões mais elevados, no âmbito local e global. Em todo esse período, a ideia de viver de crédito além dos próprios meios, de ter todas as expectativas atendidas, levou quase todos os países (e muitos indivíduos) a gerar dívidas impagáveis. Em consequência, uma crise econômica global (prevista há muito tempo por alguns economistas) facilitou a privatização de lucros enormes por alguns poucos e a socialização das perdas às custas da maioria, como é ilustrado pelos socorros imensos passados a grandes instituições financeiras à beira do colapso.

Àqueles que ainda estão devotados à filantropia como solução para reduzir as disparidades, uma explicação da razão por que os Alvos de Desenvolvimento do Milênio (ADM) não serão atingidos ajuda a entender a necessidade de uma visão mais audaciosa de redução da pobreza. Em poucas palavras, atingir os ADM (que já são modestos em termos das necessidades dos que não são extremamente pobres) requer aproximadamente 750 bilhões de dólares num período de 15 anos (2000-2015). A realidade triste é que esse valor não foi levantado (e que a fadiga dos doadores está aumentando), enquanto 17 trilhões (22 vezes mais) foram mobilizados em três meses para o socorro das instituições financeiras mencionado acima. Essa assimetria reflete a medida em que a vida de uma minoria é valorizada e protegida, enquanto a vida da maioria é desvalorizada e enfraquecida deliberadamente.

Além da má distribuição das novas riquezas, outro problema do crescimento econômico como solução principal para a pobreza é que, no contexto do atual nível excessivo de uso de energia e de outros padrões de consumo, o crescimento econômico indefinido é impossível sem pôr seriamente em risco nosso ambiente natural e agravar a mudança climática já evidente, com efeitos que podem ser devastadores.

Admito que o NDP reconhece a necessidade de avançar em direção a uma economia de baixa emissão de carbono, porém a mudança de valores e atitudes necessárias para isso não deve ser subestimada. Por exemplo, os ganhos de curto prazo da extração de gás do xisto (conhecida como *fracking*) envolverão o uso excessivo da água e danos ao ambiente. Evitar o *fracking* e outros processos que danificam o ambiente não vai ser fácil de conseguir.

Dado o potencial limitado do crescimento econômico para reduzir a desigualdade, o que mais é possível? Encontrar respostas para essa pergunta é um dos principais desafios que ficaram evidentes a partir de 2008 (em nível global e na África do Sul) pelo grande aumento de crises interligadas – de economia, energia, saúde, educação, moradia, segurança alimentar e de água.

Está ficando evidente para muitos que as soluções não estão em seguir as ideias e ideologias que foram responsáveis pelas crises atuais. Como alguns estudiosos têm argumentado de modo convincente há várias décadas, precisamos descobrir outras soluções, altamente inovadoras, plausíveis e praticáveis. Não há espaço aqui para delinear possibilidades, mas elas precisam incluir maneiras de fazer mais com menos.

Isso é possível se reconhecermos que vastos recursos poderiam ser economizados reduzindo atividades que geram poucos benefícios e reduzindo a corrupção. Essas soluções poderiam vir da colaboração entre estudiosos de várias disciplinas, recorrendo a iniciativas imaginativas e pacíficas que vêm de baixo. O fato de poucos desejarem reconhecer a necessidade dessas propostas inovadoras não nega sua validade.

O desafio é ter clareza sobre o que pode ser feito de modo sustentável em circunstâncias em que o crescimento sem fim está se tornando uma perspectiva menos plausível. A ideia de desenvolver a sustentabilidade é tão complexa e importante socialmente como a tarefa científica de desenvolver uma vacina contra a AIDS.

A mudança de processos que ampliam as disparidades para outros que as reduzem precisa estar apoiada em atitudes públicas e liderança política que levem à geração de crescimento econômico e de sustento significativo, aliadas a processos de distribuição em um âmbito sustentável.

Seja ou não a interpretação acima reconhecida amplamente, internalizada e transformada em ação, a mensagem é clara: não falta nem dinheiro, nem conhecimento nem inteligência. O que falta é visão, vontade política, um mínimo de solidariedade social, espírito de serviço público e sabedoria na aplicação do conhecimento existente para reduzir as injustiças intoleráveis que ameaçam a paz e a estabilidade na África do Sul e no mundo todo.

Tradução: Hans Udo Fuchs